

Design de Negócios Canvas como tecnologia social para implantação e gestão de hortas comunitárias urbanas

Modelo de Negocios Canvas como tecnología social para la implantación y gestión de huertas
comunitarias urbanas

Business Model Canvas as social technology for the implantation and management of urban communal
vegetable gardens

Valdir Raymundo Raasch*

valdirraachtomate@gmail.com

Robinson Henrique Scholz**

robinsonscholz@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar as prioridades de uma horta comunitária para a construção de um modelo de negócios voltado à tecnologia social. Parte-se de um estudo de caso da Horta Comunitária ASABEL, localizada em Canoas, RS, Brasil. Os dados da pesquisa foram coletados a partir de quatro entrevistas semiestruturadas com os horticultores da ASABEL, quinze observações diretas registradas em diários de campo e pesquisa documental, seguindo o método qualitativo e descritivo. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo. A partir dos dados analisados, foi possível compreender que as prioridades de uma horta comunitária são a sociabilização e a água. Tais temas possibilitam a percepção dos limites e desafios enfrentados no dia-a-dia de uma horta comunitária. Entre os assuntos discutidos estão o relacionamento com o poder público, a acessibilidade à recursos básicos e o cuidado com o meio ambiente. Em tais circunstâncias, se observou a oportunidade de ampliação da visão de negócio da horta comunitária e a elaboração de um Canvas Modelo de Negócio com a finalidade de instrumentalizar e orientar as atividades desenvolvidas pelos horticultores e projetando o desenvolvimento da tecnologia social.

Palavras-chave: tecnologia social, horta comunitária, design de negócios.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar las prioridades de un huerto comunitario para la construcción de un modelo de negocio centrado en la tecnología social. Este es un caso de estudio del Huerto Jardín Comunitario ASABEL, ubicado en Canoas, RS, Brasil. Los datos de la encuesta se obtuvieron de cuatro entrevistas semiestruturadas con horticultores de ASABEL, quince observaciones directas registradas en diarios de campo e investigación documental, siguiendo el método cualitativo y descriptivo. Los datos fueron analizados a través del análisis de contenido. A partir de los datos analizados, fue posible comprender que las prioridades de un huerto comunitario son la socialización y el agua. Estas preguntas permiten la percepción de los límites y desafíos enfrentados en la vida diaria de un huerto comunitario. Los temas discutidos incluyen relaciones gubernamentales, accesibilidad a recursos básicos y cuidado del medio ambiente. En estas

* Universidade La Salle, Canoas, Brasil

** Universidade La Salle, Canoas, Brasil

circunstancias, se observó la oportunidad de ampliar la visión comercial del huerto comunitario y el desarrollo de un Modelo de Negocio Canvas con el objetivo de instrumentalizar y guiar las actividades desarrolladas por los horticultores y proyectar el desarrollo de la tecnología social.

Palabras clave: tecnología social, huertas comunitarias, diseño de negocios.

Abstract: This article aims to analyze the priorities of a community garden for the construction of a business model focused on social technology. This is a case study of the ASABEL Community Garden, located in Canoas, RS, Brazil. Research data were collected from four semi-structured interviews with ASABEL horticulturists, fifteen direct observations recorded in field diaries and documentary research, following the qualitative and descriptive method. Data were analyzed through content analysis. From the data analyzed, it was possible to understand that the priorities of a community garden are socialization and water. Such themes enable the perception of the limits and challenges faced in the daily life of a community garden. Among the topics discussed are the relationship with the government, accessibility to basic resources and care for the environment. In such circumstances, it was observed the opportunity to expand the business vision of the community garden and the elaboration of a Business Model Canvas with the purpose of instrumentalizing and guiding the activities developed by the horticulturists and projecting the development of social technology.

Keywords: social technology, community garden, business design.

1. Introdução

Percebe-se que no Brasil há um crescimento no que diz respeito a projetos sociais sustentáveis, em que alguns dos muitos trabalhos comunitários realizados concretizam-se em hortas comunitárias suprafamiliares com o fundamento de extrair o sustento próprio. Entre os motivadores destes movimentos estão o desemprego, as desigualdades sociais e a baixa renda.

Devido à falta de emprego, muitas famílias sentiram a necessidade de buscar formas alternativas de trabalho e renda, se socializando na constituição de grupos, somando suas experiências e desenvolvendo um trabalho coletivo que antes não existia, pois, estas eram dispersas nos diferentes territórios. Baseando-se na motivação e características com as quais puderam ter mais cooperação, as áreas de reciclagem, alimentação e artesanato melhoram e agregam valor econômico baseado no trabalho coletivo, como por exemplo, uma horta comunitária.

Neste entendimento, para implantar um plano de negócio social ou projeto que seja viavelmente correto no segmento de gestão de hortas urbanas comunitárias, tem que se ter em mente que não será um processo fácil, pois a atual burocracia do poder público brasileiro, em sua maioria, dificulta tal procedimento por conta dos custos da implantação, mão de obra, articulação comunitária, execução e manutenção do espaço da horta. Sendo assim, é preciso uma gama de informações técnicas sobre como obter as ferramentas necessárias para que seja um caso de sucesso, como o caso do Modelo de Negócios Canvas, que permite a sistematização das informações do projeto desde a concepção, implantação e monitoramento, no sentido de aplicar ferramentas de design para modelar planos de negócios e organizar as ações. Contribuindo, um problema de saúde pública que é recorrente em todos os centros urbanos e vinculados aos terrenos públicos baldios consiste em descarte de lixo irregular, materiais inertes, proliferação de insetos, animais peçonhentos, que afetam a saúde das pessoas.

Pensando nestes problemas atuais e do mau uso dos espaços públicos, este artigo tem como questão problema: quais são as prioridades no campo das hortas comunitárias para a construção de um modelo de negócios voltados à tecnologia social? Assim sendo, o objetivo geral é analisar as prioridades de uma horta comunitária para a construção de um modelo de negócios voltado à tecnologia social. E por consequência, os objetivos específicos são: a) identificar as necessidades de uma horta comunitária; b) compreender os elementos que compõem um modelo de negócio para hortas comunitárias; c) analisar os limites existentes para o desenvolvimento de uma tecnologia social voltada a hortas comunitárias.

A escolha desta pesquisa se deve pelo fato que a Associação de Moradores do Residencial Santa Isabel, no bairro Harmonia, no município de Canoas, RS, Brasil, entrou com um pedido de cedência de um espaço ocioso no entorno da associação em 2016, nascendo assim o projeto Horta Comunitária ASABEL, ganhando via edital o termo de cedência da área de 2.700 m², via Edital Público de número 8/2016 e Termo de Autorização de Uso número 14/2016, que deu o início nas atividades da horta, sendo hoje, motivo de orgulho na comunidade, servindo inclusive de exemplo para outras já existentes na cidade.

Este artigo está estruturado em oito seções, iniciando por esta introdução e seguida pelas seções teóricas que sustentam o estudo. O método é apresentado na sexta seção, seguida na análise dos dados. Na última seção, são apresentadas as considerações finais do artigo.

2. Horta Comunitária

Ao longo do tempo, se pode observar que o número de hortas comunitárias vem crescendo nas grandes cidades. Essas hortas geralmente são construídas em espaços ociosos e de uso comum, ou seja, são áreas públicas, sem aproveitamento ou lotes abandonados pelos proprietários. Pensando nisso, muitas famílias que gostam do manejo agrícola acabam ‘adotando’ esse espaço para transformar num lugar útil, conservando a área e mantendo-a livre de invasões, descarte de lixo entre outros.

Para Abramovay (2007: 23) o observável estaria na ambiência, em aspectos voltados a questões sociais, econômicas e culturais: “a própria racionalidade de organização familiar não depende da família em si mesma, mas, ao contrário, da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve”.

Contribuindo nesse entendimento, Deponti, Eckert e Azambuja (2002) destacam que nas últimas três décadas, alguns termos começam a surgir e ter relevância nos debates sociais como, sustentabilidade, cuidado e preservação do meio ambiente, onde se faz necessário para nosso crescimento social e econômico sem descuidar do meio ambiente. Há muito tempo a agricultura e a questão agrária têm gerado grandes debates no Brasil, inclusive no campo político e jurídico devido a ocupações, mudanças nas leis que até os dias atuais ainda são debatidos pela sociedade (Furquim, Medeiros, Perosa, e Stein, 2005).

Segundo Röder e Da Silva, (1999), a partir da década de 1990, o autor aponta que o aumento do emprego rural no campo agrícola tem sido uma estratégia possível de inclusão social capaz de segurar, ao mesmo tempo, que as famílias continuem em suas propriedades, evitando assim o êxodo rural e melhorar o nível econômico desses trabalhadores/as. Este processo tem como resultado, a luta das famílias, tentando se manter na zona rural. Para Röder e Da Silva, (2013: 120):

[...]a agricultura familiar tem voltado sua atenção para a inclusão social das mulheres e dos jovens nessa atividade. O reconhecimento da importância das agricultoras tem chamado a atenção com o objetivo de torná-las economicamente ativas e protegidas pelas políticas governamentais e ainda complementa que a lógica que permeia essa organização passa pela ideia de aproveitamento máximo da força de trabalho dos membros da própria família, inclusive das crianças e dos jovens, como forma de garantir a viabilidade econômica dos empreendimentos.

Conforme Gomes (2005) cada vez mais as mulheres (bem como os jovens), estão inseridas nestas atividades e são reconhecidos pelas políticas de governo e as forças de trabalho dos membros da família, que ajudam na economia do domicílio e a melhorar as condições da família e investimento nos processos agrícolas. Segundo Buainain, Romeiro e Guanzirolli (2003: 328):

[...] a agricultura familiar enfrenta ainda restrições de acesso aos mercados de serviços em geral, e não apenas ao crédito. Com exceção dos Estados da Região Sul onde a agricultura familiar tem densidade suficiente para aparecer como a forma de exploração dominante em muitos municípios, nas demais regiões, os produtores familiares aparecem em geral isolados em pequenos grupos em meio à exploração patronal dominante.

Para Buainain, Romeiro e Guanzirolli (2003), os estados da região sul do Brasil têm os maiores aglomerados de famílias que vivem da agricultura familiar devido ao grande apinhado de terras e ao clima que favorece todos os tipos de cultura (uma vez que em outras regiões não há a mesma condição). Assim, a região é conhecida como o “celeiro do Brasil”. Em outras regiões do país, as famílias se vêem obrigadas a ficarem reféns dos grandes patrões, por estes possuírem tecnologias e obterem poder de barganha com os mercados. Buainain, Romeiro e Guanzirolli (2003: 121) afirmam ainda que:

A agricultura familiar é um universo heterogêneo, tanto em termos de disponibilidade de recursos, acesso aos mercados e capacidade de geração de renda, sendo ela regional, tendo às vezes renda negativa devido aos financiamentos adquiridos, oriundos de empréstimos para a compra de insumos necessários para o plantio.

Para Gomes (2005), a má distribuição da propriedade da terra é o traço mais marcante e, ao mesmo tempo, a principal distorção da estruturação fundiária no Brasil. Entre os agricultores familiares, um número significativo é proprietário de um lote menor que 5 hectares, tamanho que, na maior parte do país, dificulta, se não inviabiliza a exploração sustentável dos estabelecimentos agropecuários.

Na seção a seguir, são apresentados alguns referenciais sobre a agricultura familiar.

2.1. Agricultura familiar

Segundo a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Brasil, 2018), a agricultura familiar “é uma atividade econômica prevista na legislação brasileira, por meio da lei nº 11.326/2004”. Para se enquadrarem como agricultores ou agricultoras e participarem também do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que “oferece condições para que os trabalhadores e trabalhadoras sem-terra ou com pouca terra possam comprar imóvel rural por meio de um financiamento”, esses indivíduos têm que atender quatro medidas específicas. Primeiramente, eles devem possuir uma área de ‘quadro modelos fiscais’ (a medida diversifica para cada localidade); empregarem principalmente mão-de-obra da própria família; renda mínima oriunda de atividades rurais; e por último, que administre em conjunto com a família. Importante destacar o que Abramovay (2007: 33) reporta no que tange “[...] uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa”.

Para poderem receber esses benefícios do governo brasileiro, os agricultores e agricultoras deverão realizar a identificação no programa DAP (A Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que é aplicado para identificação e qualificação das “Unidades Familiares de produção Agrária (UFPA), da agricultura familiar e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas” (Gomes, 2005), informação essa extraída da SAF (Subsecretaria de Agricultura Familiar).

Os conceitos fundantes sobre tecnologia social são apresentados na próxima seção.

3. Tecnologia Social

No final da segunda década do século XXI, a tecnologia social ainda é um conceito em construção, embora venha sendo amplamente difundida mundialmente, a partir de pesquisas e práticas de tecnologia social vivenciadas pelas pessoas que delas a constituem e usufruem. Segundo Dagnino (2010: 11):

Segundo a definição mais frequente no Brasil, que é onde o conceito foi gerado, entende-se a Tecnologia social (TS) como compreendendo produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social.

E acrescenta:

Tal definição reflete a correlação de forças existentes no conjunto ideologicamente heterogêneo de atores envolvidos com a TS, que abriga desde os que entendem a TS como um elemento das propostas de Responsabilidade Social Empresarial até os que têm como objetivo a construção de uma sociedade socialista (Dagnino, 2010: 11).

Os segmentos empresariais, bem como as entidades sociais, estão muitas vezes alinhados quando o assunto é responsabilidade social corporativa e entendem a importância de participar desse conjunto de ações que melhoram a vida de muitas pessoas e fomentam o terceiro setor, assim como acabam impactando positivamente nas organizações. Conforme contribui Dagnino (2010:11):

[...] ainda que aponte para o objetivo da inclusão social e por isso dialogue com movimentos sociais como o dos Empreendimentos Solidários (ESS) e com políticas públicas que buscam promovê-la, é de uma flagrante fragilidade analítico conceitual. Ela não permite a concepção de um elemento essencial para a sustentabilidade da Economia Solidária (que é claro, não se resume à dimensão econômica). Ou seja, um conjunto de indicações de caráter sociotécnico alternativo ao atualmente hegemônico capaz de orientar as ações de fomento, planejamento, capacitação e desenvolvimento da TS dos implicados com esses empreendimentos: gestores das políticas sociais e de C&T, professores e alunos atuantes nas incubadoras de cooperativas, técnicos de institutos de pesquisa, trabalhadores, etc.

As tecnologias sociais têm grande impacto nas áreas das comunidades (Gaiger, 2008), transformando tecnologia em ações que modificam as realidades sociais vivenciadas por todos os envolvidos, inclusive relacionadas às áreas ambientais. Conforme Dagnino (2010:17):

[...] as instituições públicas envolvidas com a geração de conhecimento científico e tecnológico (universidades, centros de pesquisa, etc.) latino-americanas não parecem estar ainda plenamente capacitadas para desenvolver uma tecnologia capaz de viabilizar a inclusão social e tornar insustentáveis os empreendimentos solidários que ela deverá alavancar, a que denominamos aqui Tecnologia Social.

Com a evolução das tecnologias de maneira avançada, as entidades de ensino tentam evoluir no campo da inclusão social, mas com dificuldades para lidar com o assunto, pois é amplo e diverso, com suas peculiaridades (cada caso exige uma ação diferenciada) dificultando o processo (Borges, Scholz, 2017).

A seção a seguir apresenta os conceitos sobre design e planos de negócios.

4. Design e Modelo de Negócios

Nas últimas décadas, o design, palavra traduzida primeiramente como desenho industrial, hoje se faz presente em outras áreas, inclusive na área sustentável. Segundo Vezzoli (2010: 38):

Design é uma atividade criativa cujo objetivo é estabelecer as qualidades multifacetadas de objetos, processos, serviços e seus sistemas, compreendendo todo o seu ciclo de vida. [...]. Dessa forma, o design procura identificar e avaliar relações estruturais, organizacionais, funcionais, expressivas e econômicas, visando:

- Ampliar a sustentabilidade global e a proteção ambiental (ética global);
- Fornecer benefícios e liberdade a toda a humanidade, aos grupos e aos indivíduos;
- Fomentar a participação ativa de usuários finais e de produtores, tornando-os protagonistas do processo de geração de valor (ética social);
- Apoiar a diversidade cultural, mesmo com o processo de globalização (ética cultural);
- Dar aos produtos, serviços e sistemas, formas que expressem (semiologia), e sejam coerentes com (estética) a sua própria complexidade.

Isso mostra que o design caracteriza vários conceitos, movimentos, estilos que deram forma ao curso, ou deram um avanço ao desenvolvimento de formas inovadoras. Segundo Fiell e Fiell (2001: 4): “no decorrer do século XX, o design existiu como característica importante da cultura e da vida cotidiana. A sua área é vasta e inclui objetivos tridimensionais, comunicações gráficas e sistemas integrados de informação, tecnologia e ambientes urbanos”.

Conforme Vezzoli (2001: 39):

A consequência desse entendimento foi à identificação das questões-chave para a prática do design. Primeiramente, o design precisa aprender a desenvolver produtos e serviços ambientalmente sustentáveis. A partir daí, é necessário aprender a promover e a facilitar novas configurações (interações/parcerias) entre os diferentes atores, a fim de que se encontrem soluções inovadoras capazes de convergir interesses ambientais e econômicos, o que é uma questão um tanto nova para a cultura e a prática do design. Por fim é preciso adquirir a habilidade de operacionalizar/facilitar um processo de design participativo entre empreendedores, usuários, ONGs, instituições etc.

Com a intenção de atrair fundos de financiadores particulares, o plano de negócios teve origem nos Estados Unidos sob exigência e que, atualmente, tem aplicação nos instrumentos de análise, estruturação e apresentação de atratividade e viabilidade dos negócios das empresas. Conforme Ashoka (2001: 23):

A expressão “plano de negócios” pode levar-nos a pensar que se trata simplesmente ou relatório de negócios que grandes organizações divulgam ao público. Essa percepção não faz jus à utilidade de tal ferramenta gerencial. Durante o processo de elaboração de um plano de negócio, vêm sucessivamente à tona abordagens alternativas e obstáculos que antes não eram identificados.

Ainda segundo Ashoka (2001: 25):

Tradicionalmente a concepção do plano de negócio depende do tipo de empreendimento imaginário ou dos objetivos que se deseja atingir. No que se refere a organizações do terceiro setor e a presente publicação, estaremos considerando três tipos de planos de negócios, classificados segundo seu enfoque:

1. Plano para captação de recursos: visa criar uma estratégia de captação de recursos de instituições financiadoras e/ou por meio de doações de empresas ou pessoas físicas;
2. Plano para geração de recursos por meio de produto: seu objetivo é criar ou aprimorar uma operação de geração de recursos por meio da produção e/ou venda de um produto tangível e físico. Como exemplo, podemos citar a produção e venda de bonecas, a venda de artesanato ou venda de roupas com a grife da instituição. Pode envolver alguma forma de captação inicial para os investimentos necessários, mas o foco do plano é a estruturação para criar o negócio;
3. Plano para geração de recursos por meio de serviço: visa criar ou aprimorar uma operação de geração de recursos por meio da prestação de algum serviço, como assessoria na administração de presídios ou treinamentos em captação de recursos. Pode também envolver alguma forma de captação inicial para os investimentos necessários, mas o foco do plano é a estruturação para criar o negócio.

Assim, como uma das ferramentas importantes do design e aplicada ao plano de negócios, é o Canvas Modelo de Negócios, sendo um instrumento de fácil descrição e compreensão, o que contribui para o desenvolvimento de um modelo de negócios, o qual descreve a lógica de criação, entrega e captura de valor por parte de uma organização (Osterwalder, 2011).

O método da pesquisa realizada é descrito na próxima seção.

5. Percorso Metodológico

Este estudo trata-se uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório (Yin, 2010). Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, observação direta e documentos da horta comunitária pesquisada. As entrevistas semiestruturadas foram documentadas em forma de áudio, totalizando em 4 horticultores. Foram realizadas quinze observações diretas e registradas em diários de campo, no período de outubro a novembro de 2018. Os dados coletados foram interpretados à luz da análise de conteúdo.

Roesch (1999) aponta que a correta definição da metodologia é de suma importância, pois é um item que descreve de que forma se pretende atingir os objetivos específicos de um processo de pesquisa. É a partir dela que se descreve como a pesquisa foi desenvolvida. Assim, para fundamentar esta pesquisa, este estudo tem como objetivo citar e apresentar o delineamento da pesquisa, os participantes, a técnica de coleta e análise de dados e, por fim, são apresentadas as limitações do método escolhido para o presente estudo. Esta mesma autora ainda salienta que a pesquisa qualitativa envolve uma instância teórica que, de maneira autoconsciente procura suspender suposições descuidadas sobre significados compartilhados, procurando o que é comum, mas permanecendo aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos (Vergara, 2010).

Como procedimento técnico, o estudo de caso foi empregado nesta pesquisa, pois ele é usado em muitas situações para contribuir na construção do conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados. Naturalmente, o estudo de caso é um método de pesquisa comum na psicologia, sociologia, ciência política, antropologia, assistência social, administração, educação, enfermagem e planejamento comunitário (Yin, 2010). Ainda segundo Yin (2010: 98):

[...] a necessidade diferenciada dos estudos de caso surge do desejo de entender os fenômenos sociais complexos. Em resumo, o método do estudo de caso permite que os investigadores retenham as características holísticas e significativas dos eventos da vida real - como os ciclos individuais da vida, o comportamento dos pequenos grupos, os processos organizacionais e administrativos, a mudança de vizinhança, o desempenho escolar, as relações internacionais e a maturação das indústrias.

Após estabelecidos os objetivos, pode se detalhar os métodos ou ferramentas teóricas que foram aplicadas para abordar os assuntos propostos e obter informações relevantes ao tema do estudo (Biagi, 2010). A técnica de entrevistas semiestruturadas, segundo Biagi (2010), é um instrumento de coleta de dados que se dá em uma relação de indivíduo para indivíduo, podendo se obter respostas diferenciadas o que facilita os dados necessários para uma pesquisa qualitativa, tendo em vista que as opiniões mudam de pessoa para pessoa. Já a observação direta é uma técnica que permite visualizar o ambiente, nas mais diversas situações que se apresentam no momento em que se faz a visita ao local de análise. A pesquisa documental realizada com base nos documentos disponibilizados pela ASABEL, tais como registros de atas, controle financeiro e regimento interno (Roesch, 1999).

A análise de dados foi feita através da análise de conteúdo, sendo esta uma técnica que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação. Mas também é pôr em questão as condições de aparecimento e de extensão em diversos setores das ciências humanas, e tentar clarificar as relações que a análise de conteúdo mantém ou não com disciplinas vizinhas pelo seu objetivo ou pelos seus métodos (Bardin, 2009).

Os resultados e métodos de pesquisa realizados na horta comunitária Asabel serviram de exemplo para desenvolver um modelo de negócio para implantação de hortas comunitárias urbanas em comunidades, cidades ou regiões.

5.1. Contextualização da horta comunitária ASABEL

Criada em 15/06/2016, a Horta Comunitária Asabel, departamento da Associação de Moradores do Residencial Santa Isabel (ASABEL), sendo esta fundada em 01/12/1991 e localizada na Rua Clóvis Bevilacqua, 1770, no bairro Harmonia, na cidade de Canoas, RS, Brasil. O projeto Horta Comunitária, tem por objetivo, fortalecer os vínculos sociais entre os moradores, incentivar a técnica de reciclagem, compostagem, inclusão social e geração de renda as famílias envolvidas no projeto.

No ano de 2016, por meio de edital público do município de Canoas, originário de projeto do autor, via Associação de Amigos e Moradores do Residencial Santa Isabel (ASABEL), a entidade foi convidada a participar de edital de Termo de Cedência de Uso da área de 2.700 metros quadrados para uso da referente área, alegando que no local tinha um espaço ocioso, com descarte frequente de lixo, acúmulo de inertes e inservíveis, propagação de insetos nocivos, roedores, sendo assim instalada na área em frente à sede da associação, após termos ganhado a cedência do termo de uso, começamos os trabalhos de implantação. A partir desta data, e que hoje, se transformou em exemplo a ser seguido por outros segmentos da sociedade canoense, pedindo inclusive assessoria para implantar um projeto parecido.

Os moradores do Residencial Santa Isabel (ASABEL) são convidados para participar do Edital de Termo de uso da área de 2.700 metros quadrados para uso da referente área, sendo assim, desta vez, concebido o referido termo no mês de maio de 2016. Após autorização, começou-se os trabalhos, a limpeza do local, os convites aos moradores que quisessem fazer parte deste projeto, os convites a parceiros que pudessem doar sementes e mudas, no sentido de poder a plantar, fazer a divisão dos canteiros, construção das regras e normas de conduta e convívio, respeito mútuo, inclusão social,

geração de renda a quem precisa, respeitando o meio ambiente e cultivando somente produtos orgânicos.

Na próxima seção são apresentadas as análises da pesquisa realizada.

6. Análise dos Dados

Essa seção apresenta a análise de dados desta pesquisa. Como forma de organização, se propôs a divisão da seção em três subseções: necessidades em uma horta comunitária; elementos que compõem um modelo de negócio voltado para tecnologia social; e limites para o desenvolvimento de uma tecnologia voltada a hortas comunitárias. Os agrupamentos propostos têm como orientação responder aos objetivos específicos desta pesquisa.

6.1. Necessidades em uma horta comunitária

O presente objetivo específico tem como finalidade abordar um dos assuntos que se mostrou relevante entre os quatro entrevistados: as necessidades fundamentais para a implantação e manutenção de uma horta comunitária. Antes de abordar os aspectos necessários para a existência de uma horta comunitária, se ressalva uma questão relevante suscitada por Röder e Da Silva (2013: 120), sobre o porquê da existência de hortas comunitárias: “o reconhecimento da importância das agricultoras têm chamado a atenção com o objetivo de torna-las economicamente ativas e protegidas pelas políticas governamentais”. O trecho destacado diz sobre um efeito de inclusão de mulheres (e de outras minorias) no mercado de trabalho. Assim, se pode pensar que as hortas comunitárias contribuem para a criação de renda, condições de vida e dignidade para populações em situação de vulnerabilidade social.

Dito isto, inicia-se esta subseção com uma observação direta, registrada em Diário de Campo de 17/11/2018 às 07h54min:

Um dia de sol na horta ASABEL. Avistei dois horticultores molhando as plantas, porque nessa época do ano, verão, é muito difícil manter as plantinhas. A falta de água disponível na horta é visível. Os canteiros estão limpos na sua maioria, estão sendo semeadas cenoura, rabanete e estão fazendo também compostagem, para fazer um adubo mais natural. Nessa época do ano também se planta o milho, feijão, batata, aipim. É a data que mais se planta tomate, abóbora e morango.

Poucos dias antes, no dia 10/11/2018, foi realizada a primeira entrevista com um horticultor da Horta Comunitária ASABEL. Destaco o seguinte trecho: “Primeiro a participação, né... Também temos que ter água suficiente para as verduras... Muito pouco incentivo dos órgãos públicos” (Entrevistado 1). Ainda, na mesma data, o Entrevistado 2 afirma que: “O básico é a união de todos, né... Todos com o mesmo objetivo... Na nossa horta o fundamental é a água para a gente ter os nossos produtos, isso é uma coisa que é inegável”.

A partir dos trechos destacados é possível identificar uma valorização do senso coletivo para o funcionamento de uma horta comunitária. Conforme diz no Regimento Interno, no Capítulo 1 (artigo 2º) “São finalidades da Horta Comunitária: [...] d) Incentivar a integração social entre horticultores”. A necessidade de se cultivar os vínculos sociais (Deponti; Eckert; Azambuja, 2002) aparece como um fator essencial, visto que o trabalho é construído com a participação de todos. Um segundo elemento que também se evidencia na fala é a questão da água. O recurso é fundamental para o cultivo das plantas, como diz o Entrevistado 2. Assim, podendo-se pensar, que as necessidades elencadas pelo horticultor se tratam de ferramentas “básicas”, naturais, valores que representam também uma tradição e um modo específico de se cultivar uma horta comunitária. É possível relacionar o assunto

com o que Abramovay (2007) diz sobre a influência das questões sociais, econômicas e culturais no modo de organização e gerenciamento de uma horta comunitária.

Figura 1: Arquivo Asabel



Fonte: Registrada no dia 05/03/2018.

Tendo em vista as diferentes formas de agrupamentos sociais presentes em nossa sociedade, pode-se pensar também na existência de outras maneiras de se reproduzir, criar e gerenciar uma horta comunitária (Altieri, 2012), além desta forma tradicional, trazida pelo Entrevistado 2. Tal assunto, fora um dado que pouco apareceu nas falas dos entrevistados, contudo, observa-se que na atualidade existem tecnologias e recursos que podem agregar e ser de grande valia para uma horta comunitária. Segundo Gaiger (2008) os círculos de relações e de influência contribuem para um aumento das chances dos empreendimentos crescerem com as práticas associativas compatíveis com a economia popular. Ainda sobre o mesmo horticultor destaca-se a seguinte fala do Entrevistado 2: “Bom, primeiro lugar precisa organizar, fazer o pessoal reunir... fazer o pessoal reunir... chegar a um objetivo comum, a gente tem que ter uma coordenação competente... cumprir com os seus direitos e os seus deveres”. No trecho é possível identificar um método organizacional da horta: a economia solidária. Nesta, as decisões econômicas, de produção, consumo, poupança e crédito são organizadas e realizadas de forma coletiva e solidária (Dagnino, 2010). Conforme o Regimento Interno da Horta Comunitária ASABEL, Capítulo 2 (artigo 3º) a administração da mesma é coordenada por um associado escolhido dentre os horticultores. Este será responsável por organizar uma comissão, formada por associados, os quais deverão promover o funcionamento e zelo do cumprimento do regimento interno (Gaiger, 2008). O regimento interno auxilia na organização e definição de direitos e deveres dos associados.

No domingo, 11/11/2018, ocorreu a entrevista com o terceiro horticultor. Foi questionado sobre o que ele considerava necessário para uma horta comunitária, o mesmo respondeu: “É primeiramente ter irrigação d’água, gente para trabalhar na horta, união do pessoal que trabalha na horta... Problema é a água... A água... Uma água boa que não tivesse cloro, uma rigação boa e adquirir uma estufa boa” (Entrevistado 3). Ainda, na segunda-feira, 12/11/2018, o Entrevistado 4 respondeu sobre a necessidade de uma horta comunitária:

Em primeiro lugar, um espaço físico de terra, né... Terra, pessoas pra trabalharem, plantarem juntos em comunidade... Comunitariamente... Os problemas que nós enfrentamos na hortinha é o problema de irrigação, dependemos da chuva... O tempo de menos chuva, no verão... Tal tem que ter água sempre, pois a comunidade aprova muito o nosso projeto, nas feirinhas o trabalho, e temos que continuar, mesmo com falta de água as vezes.

As falas dos Entrevistados 3 e 4 parecem ir na mesma direção, que remete a um modo tradicional de se pensar a produção de hortas comunitárias, além de relatarem uma preocupação com a falta de recursos hídricos (Abramoway, 2007).

Figura 2 - Arquivo Asabel



Fonte: Registrada no dia 22/10/2018

Conclui-se, portanto, que as necessidades elencadas pelos horticultores da Horta Comunitária ASABEL remetem a um modelo que prioriza a construção coletiva a partir de recursos naturais. Deste modo, as “faltas” sentidas de forma mais significativas pelos horticultores são de recursos básicos, como a água, que em determinados locais públicos ainda é escassa, por falta de investimentos do poder público; contudo, afirmando o poder da união da comunidade para a superação de tais empedimentos.

Na subseção seguinte é abordado um outro viés, que são as tecnologias sociais e uma proposta modelo de negócio, em prol da ampliação e disseminação de hortas comunitárias.

6.2. Modelo de negócio voltado para tecnologia social

O conceito de tecnologia social, para quem é leigo, pode remeter a uma espécie de tecnologia artificial, como computadores e máquinas, por exemplo. No entanto, o termo tecnologia é algo mais amplo e serve como qualquer tipo de ferramenta que melhore, facilite e/ou acelere a ação ou tarefa. Como afirma Dagnino (2010), a definição de tecnologia social mais frequentemente utilizada no Brasil relaciona-se com produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, as quais são desenvolvidas através da interação social. Como explica o autor, tais ferramentas podem e devem ser criadas e adaptadas conforme as condições e circunstâncias e, somente assim, podem vir a tornar-se efetivas soluções de transformação social.

Desta forma, tendo em vista, a otimização do andamento das ações propostas, na agricultura tem se obtido excelentes resultados com a tecnologia social, a qual se revelou uma ferramenta eficaz para a prática de trabalhos em grande, média e pequena escala. A elaboração de uma tecnologia social em uma horta comunitária é um aspecto que ainda carece de esclarecimentos e desmistificações (Amato Neto, 2016), por possuir um nome que remete a algo, que muitas vezes pode ser complexo e distante da realidade de muitos. Contudo, como será explicado aqui, a tecnologia social opõe-se a tecnologia convencional (Borges, Scholz, 2017: 150), cujos interesses são a capitalização:

Ao se falar em tecnologia convencional logo se pensa em produtos e serviços que podem ser comprados para facilitar a vida das pessoas. Quando se precisa comprar, significa que eles vêm prontos e que cabe aos consumidores se adaptarem a eles. A lógica da tecnologia social é contrária a esse entendimento. A tecnologia social pressupõe a participação direta no processo de construção pelos seus envolvidos.

Uma prática que se evidenciou na fala do Entrevistado 1, que remete a prática do escambo, pode ser observado como um exemplo de tecnologia social adotado. A tecnologia social, como afirmam os autores mencionados, surgem como uma resposta aos problemas de um determinado contexto, apresentando como solução uma produção coletiva e não mercadológica. A fala do Entrevistado 1 parece ir nesta mesma direção:

A divisão é a seguinte, na medida em que a gente. Que a gente tem os produtos e os outros não tem a gente vai ajudando. Vai fazendo trocas, na verdade é um troca-troca: hoje eu tenho amanhã eu não tenho, aí outro tem e a gente vai usufruindo a outra parte é que a gente tem que plantar, investimento na nossa horta. [...] acho que a sociabilidade faz a diferença. No meu ponto de vista, deveria ter mais gente aqui dentro dessa horta.

Ainda, na fala do Entrevistado 2, fica evidente também a forma como é dividido o trabalho: “A divisão teria de ser em benefício de todos, né... Benefício comum... Todo mundo planta, participa, todo mundo colhe para a ajuda no sustento da família”. Neste trecho, se pode analisar como é desenvolvida a tecnologia ou técnica adotada para a divisão de tarefas, que se assemelha com a teoria sobre tecnologia social descrita anteriormente (Borges, Scholz, 2017). Ainda conforme o Entrevistado 2:

A gente aprende bastante no coletivo, cada um tem as suas experiências, um passando para o outro, aprendendo e passando para o outro. Também acumula bastante no social, no pessoal da comunidade em si, mesmo aqueles que não plantam, mas aos arredores tem os seus benefícios. Comem um produto livre de veneno e produtos químico, tudo mais saudável, né, e isso é

fundamental, interessante e se integrar com a sociedade e todo o povo da volta em si, para a gente ter sucesso aqui, principalmente.

Os dados mostram que o conhecimento é construído de modo coletivo, tendo em vista uma prática de agricultura tradicional aos moldes da agricultura familiar, baseada em recursos naturais, menos industrializados (Gomes, 2005). Esta concepção não deixa de ser um dado que representa uma tecnologia adotada pelos participantes da horta. Outro exemplo é a “feirinha”, conforme disse o Entrevistado 3: “O negócio da feirinha... Da feirinha é como está fazendo... Assim, né... Planta os canteiros, faz a feira, o que recada vai para a caixinha e para alguns outros materiais e continua assim... É assim que tem que sê uma horta comunitária”. Na **Figura 3** se apresenta uma figura da feirinha, a qual contribui para o escoamento da produção e com isso, a geração de renda das famílias associadas a ASABEL.

Figura 3 - Arquivo Asabel



Fonte: Registrada no dia 23/05/2018

A feirinha é também um modelo de negócio (Ashoka, 2010), um meio encontrado pelos participantes para divulgação do trabalho da horta comunitária, além de gerador de renda, cidadania e inclusão social. A comercialização de produtos na feirinha auxilia na compra de materiais, sementes, adubos entre outros, que não puderam ser adquiridos através da troca. Ainda conforme o Entrevistado 3:

Olha, na minha opinião, venho na horta para trabalhar e para fazer a feira, todo mundo tem que trabalhar junto, todo o pessoal que trabalha aqui dentro, quem é da horta comunitária tinha que pegar junto, fazer dois, três canteiros e depois buscar as mudas e plantar junto... E cuidar, manter, carpir, sempre no momento certo.

Pode-se relacionar o trecho ao que diz a respeito da economia popular solidária, como uma forma de trabalho baseada em motivações e características comuns, como trabalho coletivo e cooperação (Gaiger, 2008).

Figura 4 - Arquivo Asabel



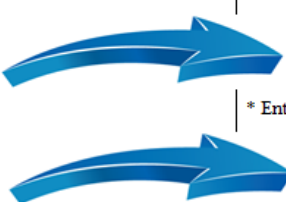
Fonte: Registrada no dia 11/03/2018

Interessante destacar a importância da feira como espaço de comercialização e socialização com a comunidade compradora dos produtos (Deponti, Eckert, Azambuja, 2002). Desta forma, se pode também entender que cada associado tem a sua contribuição para com o coletivo, conforme sinalizado pelo Entrevistado 4: “Cada um tem um espaço, é responsável, trabalhar nele e depois os frutos que arrecadarem será dividido por todos e vendidos na feirinha da comunidade, para manter firme nossa hortinha. Para se sustentar com produtos orgânicos”.

Concluindo, nesta subseção foi possível analisar a inserção de tecnologias sociais em uma horta comunitária e a diferenciação entre tecnologia social e convencional. Observou-se também, novamente o aspecto da sociabilidade e um esclarecimento por parte dos horticultores sobre seu papel, deveres e direitos na horta comunitária (Röder, Da Silva, 2013). Tal conhecimento, que aparece de modo recorrente nas falas, revela que há um alinhamento no modo de pensar dos associados.

Com base no objetivo específico sobre os elementos que compõem um modelo de negócio voltado para a tecnologia social, os dados da pesquisa mostram que são necessárias ferramentas que visem melhor planejar e organizar a estrutura de uma horta comunitária. Para isto, propõe-se como solução um Canvas de Modelo de Negócio (Osterwalder, 2011) elaborado com base nos dados da pesquisa:

Figura 5 – Canvas da Horta Comunitária ASABEL

Principais Parcerias	Atividades Chave	Proposta de Valor	Relacionamento com o Cliente	Segmento de Clientes
<ul style="list-style-type: none"> * Fomecedores de ementes e mudas. * Secretaria Municipal de Meio Ambiente. * Governo Estadual (Emater). * Empresas. * Associações de Hortas Comunitárias. 	<ul style="list-style-type: none"> * Plantio de hortaliças e legumes. * Feira ecológica. * Cursos de técnicas agrícolas em pequenos espaços. 	<ul style="list-style-type: none"> * Produtos orgânicos. * Otimização de espaços. * Alimentação saudável. * Compromisso ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> * Qualidade dos produtos. * Redes sociais e telefone. 	<ul style="list-style-type: none"> * Moradores no entorno da horta. * Vegetarianos. * Escolas.
	<p style="text-align: center;">Recursos Principais</p> <ul style="list-style-type: none"> * Espaço para horta. * Terra. * Ferramentas e compostagem. 		 <p style="text-align: center;">Canais</p> <ul style="list-style-type: none"> * Redes sociais e telefone. * Contato direto. 	<ul style="list-style-type: none"> * Entidades assistenciais.
Estrutura de Custo: produção, matéria-prima, adubo, sementes, plantas e manutenção.		Fonte de Receita: venda de produtos, doações de empresas e mensalidade dos associados.		

Fonte: Autor, no dia 30/11/2018

Apresentada tal solução, uma ferramenta de fácil descrição e compreensão com acima apresentada, serve para facilitar a organização e administração de uma horta comunitária a partir da descrição lógica da criação, entrega e captura de valor de uma organização (Osterwalder, 2011).

Na seguinte subseção, é abordada uma perspectiva que visa mapear e situar alguns dos desafios presentes no desenvolvimento de uma tecnologia social voltada às hortas comunitárias.

6.3. Limites ao desenvolvimento de uma tecnologia social para hortas comunitárias

A presente subseção tem como objetivo específico abordar alguns dos possíveis limites encontrados para o desenvolvimento de uma tecnologia social voltada para a criação e gestão de hortas comunitárias. Como foi relatado pelo Entrevistado 3, a água parece ser um dos grandes impedimentos para a manutenção de uma horta comunitária: “Problema é a água... a água... uma água boa que não tivesse cloro, uma rede de irrigação boa, e adquirir uma estufa boa, uma ou duas, já é bem-vindo, como diz o outro”.

No diário de Campo do dia 18/11/2018, se observa que:

Depois de uma chuva que ocorreu na madrugada, a terra está macia. Faziam dias que não chovia. Há, ao lado da horta, um terreno com uma caixa da água da Corsan com capacidade de um milhão de litros que está vazando há anos. Um desperdício. Já comunicaram o problema, mas até hoje não fizeram nada. Fica bem ao lado da horta e a horta sem água instalada na horta. Nossas plantas carecem. Tem as plantas, alface, couve, que necessitam de bastante água para crescerem. O dia está nublado, avisto um horticultor ali tirando cisco e agora arrumando o canteiro. A terra está macia, então vai aproveitar para colocar em dia o serviço e buscar mudas para plantar as verduras.

Em relação a fala do Entrevistado 3 e a observação direta, é possível relacionar ao que Bueno, Oliveira, Almeida e Almeida (2009: 208) defende que:

É preciso recuperar a qualidade da água, do ar e do solo. Por meio da remoção de lançamentos licenciados e clandestinos (esgotos, fontes móveis, poluição difusa, lixo) e do controle e da diminuição de lançamentos de resíduos (novos lançamentos e fontes), será possível pensar em regeneração. Essas ações atuam na esfera da justiça ambiental, ou seja, controlando contaminações, resolvendo situações inseguras, diminuindo o risco de contato dos humanos com contaminantes.

Porém, como disse o Entrevistado 1: “se só fica dependendo de terceiro a gente não chega a lugar nenhum”. O “terceiro” ao qual o Entrevistado 1 se refere, é em relação ao primeiro setor: o poder público, o qual concede os espaços; as condições políticas - que determinam a viabilização ou não; e os incentivos de empresas parceiras para a manutenção. Estas podem ser observadas como mais limitações possíveis para a implementação de uma horta comunitária (Altieri, 2012). Outro aspecto trazido pelo Entrevistado 1 diz respeito a limitação de recursos econômicos:

[...] problemas na área de manuseio, ferramentas, até a própria muda, o lugar, a gente tem que se deslocar... a gente quer plantar pouca coisa e tem que ir até a Ceasa, conseguir essas mudas e elas acabam se tornando caras. Se paga a gasolina no preço que está, fica um pouco complicado. A gente vai também nas agropecuárias na volta daqui e paga caro.

Uma rede de apoio se faz necessária para a criação e manutenção de uma horta comunitária. Um bom relacionamento com o poder público e a elaboração de um projeto também são fundamentais. Observa-se isto devido às enormes dificuldades que enfrentam os grupos populares para acesso a condições de produção e funcionamento, também em função da falta de recursos e investimento inicial (Gaiger, 2008). Outra grande dificuldade enfrentada na cedência dos espaços é que, muitos que conseguiram, apresentavam limitação das moradias de periferia como a situação irregular, inadequação às normas da prefeitura, dívidas de tachas e registros.

Outro desafio trazido pelo Entrevistado 4 diz respeito ao recorrente problema de irrigação, cujo tema relaciona-se indiretamente com a questão da água, recurso básico e essencial para condições de dignidade de vida: “Os problemas que nós enfrentamos na horta é o problema de irrigação, dependemos da chuva. O tempo de menos chuva, no verão, tem que ter água sempre, pois a comunidade aprova muito, nosso projeto, as feirinhas, o trabalho e temos que continuar, mesmo com falta da água, às vezes”.

Contribuindo, no Diário de Campo do dia 24/11/2018, se observa que:

Manhã chuvosa, chuva fraca debaixo de um telhado. Visualizo a situação: temos um horticultor que está limpando os valinhos para escoar a água para a rua. Choveu bastante, nunca tem, mas às vezes é demais. Avisto dois outros conversando sobre a estufa que a horta ganhou como doação de uma horta co-irmã. Eles conversavam sobre o local mais apropriado para instalar a estufa, onde um indagou que os paus para a sustentação não vêm junto, sendo preciso pedir uma doação para alguma empresa e sobre a irrigação por cima com aspersores e a construção de um poço artesiano para melhorar o serviço. O outro falou “mas nós nem temos a água ainda!”. Hoje teria a feira ecológica aqui na horta, com produtos da horta, mas devido à chuva foi cancelada, falaram que precisavam pagar a compostagem que tinham comprado, foi o que ouvi.

Visto isso, fica evidente que, ainda hoje, o saneamento básico é um problema social que afeta grande parte da população. Além disto, serve como um alerta a respeito de um tema que é o cuidado com o meio ambiente. A água é um recurso necessário para que exista vida não apenas em uma horta comunitária (Furquim *et al.*, 2005). Como fora observado, em uma grande contradição, ao lado de

uma horta comunitária sem ligação de água, há uma caixa d'água com vazamento. O descaso de órgãos público com um recurso tão fundamental, como a água, tende a refletir diretamente em nossa qualidade de vida. Além da dificuldade em conquistar recursos básicos e melhorias, para estruturar uma horta comunitária, abordou-se um tema central que é a união da comunidade em prol da sustentabilidade (Abramovay, 2007).

Como forma de encerramento, propõe-se uma reflexão a partir do autor Andrew Feenberg acerca do uso das tecnologias, buscando-se questionar sobre os prós e contras desta mudança cultural que tanto marca nosso presente. Como sugere o autor, “o paradoxo de origem: atrás de tudo o que é racional há uma história esquecida” (Feenberg, 2015: 104). A história em questão, remete as condições em que foram criadas as primeiras hortas comunitárias, que muito difere-se das atuais condições, colocando-se o tempo também como uma das possíveis limitações. Mais a diante, o autor sugere “o paradoxo da ação”, que está relacionado à Terceira Lei do Movimento de Newton: “a Lei de Newton afirma que para cada ação existe uma reação igual e oposta” (Feenberg, 2015: 107). Como afirma o autor, “nascemos em um mundo cultural que, em grande medida, tomamos como dado. Em suma, somos seres finitos. A nossa finitude aparece na reciprocidade newtoniana da ação e da reação” (Feenberg, 2015: 108). A água (ou a falta da mesma), recurso fundamental para a vida e para uma horta comunitária, parece relacionar-se com esta reflexão. As consequências causais da ação humana, que em tempos globais voltam-se demasiadamente às tecnologias e tomam a ideia de desenvolvimento distante de qualidade de vida e cuidado com o meio ambiente, podem também ser pensadas como um dos grandes desafios a serem vencidos.

Feitas estas reflexões, encaminham-se as últimas considerações acerca de um tema de suma importância, que carece de muita atenção.

Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo geral abordar as prioridades no campo das hortas comunitárias para a construção de um modelo de negócios voltados à tecnologia social. Para tanto, apresentou-se aqui, primeiramente uma discussão teórica sobre os conceitos de horta comunitária e agricultura familiar, os quais muito se aproximam. Posteriormente, apresentou-se sucintamente o conceito de tecnologia social, design e plano de negócio, os quais serviram como embasamento para a seção de análise. A partir do método escolhido, foi possível realizar a investigação de uma horta comunitária. Os dados produzidos possibilitaram conhecer a realidade de uma horta comunitária, a ASABEL.

Os resultados e métodos de pesquisa realizada na horta comunitária Asabel serviram de exemplo para desenvolver um modelo de negócio para implantação de hortas comunitárias urbanas em comunidades, cidades ou regiões. Porém, cabe ressaltar que os resultados obtidos se referem ao período e local em que a pesquisa fora realizada. Reforçando o que Abramovay (2007) relata a respeito da influência das questões sociais, econômicas e culturais na forma de gerencial, organizar e até mesmo planejar uma horta comunitária, se pode pensar que caiba, em determinados casos, uma personalização de um Canvas de Modelo de Negócio, que melhor se adeque a realidade e às condições de tempo e espaço.

A partir do material coletado e analisado propôs-se um Canvas Modelo de Negócio para a Horta Comunitária ASABEL, como ferramenta a ser inserida na administração da horta. A ferramenta é uma tecnologia social que pode ser implementada na rotina dos horticultores com facilidade, se elaborada de modo compatível com as necessidades específicas e explicada de maneira acessível. O modelo proposto é dividido em nove componentes: Principais Parcerias, Atividade Chave, Recursos Principais, Proposta de Valor, Relacionamento com o Cliente, Canais, Segmento de Clientes, Estrutura de Custo e Fonte de Receita. O design do Canvas remete a um quebra-cabeça, representando que cada etapa está interligada, porém, que podem ser alteradas conforme as necessidades. A estruturação serve para

ilustrar a importância de cada etapa para a obtenção do resultado final, que no caso, para a Horta Comunitária ASABEL, é são tanto a arrecadação na feirinha, quanto o consumo individual dos alimentos.

Ao realizar este trabalho pode-se compreender que a atual realidade de uma horta comunitária enfrenta muitos desafios diários, começando pela acessibilidade à água, que conforme relatado pelos horticultores, ainda é escasso no local onde se situa a ASABEL. Além disto, pode-se observar que o público entrevistado carece de conhecimentos sobre ferramentas que possam auxiliá-los na otimização e gestão de uma horta comunitária. Entretanto, enfatiza-se um caráter democrático, expresso nas falas dos entrevistados sobre o modo como são tomadas as decisões da instituição. O senso coletivo apresentado como elemento fundamental pelos entrevistados representa o engajamento, um dos fatores mais importantes para o sucesso de qualquer proposta de negócio. Neste sentido, conclui-se que o “essencial” para o funcionamento de uma horta comunitária é realmente a solidariedade e que a inserção adequada de um Canvas Modelo de Negócio só tem a contribuir.

Referências

- Abramovay, R. (2007). *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Edusp.
- Amato Neto, J. (2016). *A era do ecobusiness: criando negócios sustentáveis*. São Paulo: Editora Manole Ltda.
- Altieri, M. (2012). *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. São Paulo: Expressão Popular.
- Ashoka E. S. (2001). *Empreendimentos sociais sustentáveis*. São Paulo: Peirópolis.
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. 4. ed. rev. Lisboa: Edições 70.
- Biagi, M. C. (2010). *Pesquisa científica: roteiro prático para desenvolver projetos e teses*. Curitiba: Juruá.
- Borges, M. L., & Scholz, R. H. (2017). Tecnologias Sociais e a Perspectiva da Dádiva. In Souza, C. H. M., Manhães, F. C., & Oliveira, F. M. (Org.). *Novas Tecnologias e Interdisciplinaridade* (pp. 148-161). Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 1.
- Brasil. (2018). *Agricultura familiar*. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Retirado de: <http://www.mda.gov.br/sitemda/dap/agricultura-familiar>.
- Bueno, L. M. M., Oliveira, G. O., Almeida, E R., e Almeida V. M. (2009). Intervenção em favelas na perspectiva de uma regularização fundiária sustentável: limites e avanços. In Silva, J. J. do R.; Sattler, M. A. (Orgs.), *Anais no Elecs 2009* (pp.208-219). 1ª edição. Recife, UFPE, 2010, v. I.
- Buainain, A. M., Romeiro, A. R. & Guanzirolli, C. (jul./dez. 2003). Agricultura familiar e o novo mundo rural. *Sociologias*, 5(10), 212-347. Retirado de: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18723.pdf>
- Dagnino, R. (2010) *Tecnologia social: ferramentas para construir outra sociedade*. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Komedi.

Deponti, C., Eckert, C. & Azambuja, J. L. B. (out./dez. 2002). Estratégia para construção de indicadores para avaliação da sustentabilidade e monitoramento de sistemas. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, 3(4), 44-52. Retirado de: <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2010/11/DEPONTI-Cidonea-Estrat%C3%A9gia-IS.pdf>

Feenberg, A. (2015). *Tecnologia, Modernida e Democracia*. Lisboa: MIT Portugal.

Fiell, C.; & Fiell, P. (2001). *Design do Século XXI*. São Paulo: Taschen.

Furquim, G., Medeiros, M. I. M., Perosa, J. M. Y., & Stein, A. C. (2005). Hortas comunitárias como mecanismo de organização social e geração de renda. In *XLIII Congresso da SOBER: Instituições, eficiência, gestão e contratos no sistema agroindustrial*, 24-27.

Gaiger, L. I. G. (jan./jun 2008). A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. *Revista Katálysis*. 11 (1), 11-19. Retirado de: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v11n1/02.pdf>.

Gomes, I. (2005). Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar. *Revista de Biologia e Ciências da Terra*, 5 (1), 1-18. Retirado de: <https://www.redalyc.org/pdf/500/50050107.pdf>

Osterwalder, A. (2011) *Business model generation: inovação em modelos de negócios, um manual para visionários, inovadores e revolucionários*. Rio de Janeiro, RJ: Alta Books.

Röder, E. D. S. F., & Da Silva, E. L. (2013). Agricultura familiar e as teses de doutorado no Brasil. *TransInformação*, 25(2), 111-126. Retirado de: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v25n2/a02v25n2>.

Roesch, S. M. A (1999). *Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso*. 2. ed. São Paulo; Atlas.

Vergara, S. C. (2010). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 12. ed. São Paulo: Atlas.

Vezzoli, C. (2010). *Design de sistemas para a sustentabilidade: teoria, métodos e ferramentas para o design sustentável de sistemas de satisfação*. Salvador: EDUFBA.

Yin, R. K. (2010). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Enviado: 19/10/2019
Aceptado: 07/05/2020

Cómo citar este artículo:

Raasch, V. R. y Scholz, R. H. (2020). Design de Negócios Canvas como tecnologia social para implantação e gestão de hortas comunitárias urbana. *Otra Economía*, 13(23), 126-144.